

## OLHARES DOCENTES

### Cidadania quilombola: em busca de políticas afirmativas <sup>1</sup>

**Júlia Barreto Lula**

*Mestre em Letras*

*Professora de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação do Estado da Bahia*



É notória a negligência no que se refere aos direitos das comunidades quilombolas no Brasil. Tal indiferença deve-se a falta de reconhecimento à cidadania quilombola e a existência de um preconceito nada velado no que se refere à ancestralidade africana e ao passado escravista.

Percebe-se a ausência de políticas afirmativas para os quilombolas, principalmente no que se toca ao incentivo à

educação e às condições primárias de qualidade de vida em várias comunidades. A postura de abandono, conforme foi possível perceber por meio dos materiais de estudo, reduz de forma explícita, as condições de crescimento profissional e até mesmo o acesso ao ensino superior.

A falta de anuência governamental à promoção de investimentos aos quilombolas também se deve à atual situação das relações étnico-raciais no Brasil: a existência de um preconceito nada velado e a primazia da raça e da etnia como fatores condicionantes a existência de cidadania que preza pela igualdade de oportunidades.

<sup>1</sup> Trabalho realizado no âmbito do Curso Educação Escolar Quilombola, organizado pela Revista África e Africanidades, no segundo semestre de 2018, sob coordenação da professora mestra Nágila Oliveira dos Santos.

Há todo um interesse das comunidades em proporcionar uma educação voltada ao letramento e alfabetização por meio de políticas sociais que apresentam para as crianças o conhecimento de suas raízes e o aprimoramento funcional dos estudantes para o crescimento das comunidades. Tal preparação é realizada por quilombolas que lutaram por oportunidades e contribuem com a prestação de serviços educativos. No entanto, a carência de condições estruturais e de recursos didáticos dificultam o processo de ensino e aprendizagem assim como o desenvolvimento de atividades laborais que possam contribuir com o fortalecimento das comunidades.

O direito à terra é outro problema que assola as comunidades, pois o processo de posse é totalmente burocrático e desumano, pois muitos quilombolas sofrem uma desapropriação forçada, muitas vezes, regada à violência.

Eis, então, uma cidadania vetada e negada por uma sociedade que usufrui das heranças africanas em vários setores da sociedade, porém preferem negar direitos aos seus ancestrais, que buscam por uma oportunidade de crescimento profissional no país. A palavra de ordem é resistência e luta por parte dos profissionais de educação em prol do desenvolvimento de estrutura e recursos para as comunidades quilombolas assim como a ampliação de escolas e transporte para que tal população tenha acesso a uma educação de qualidade.